

A credibilidade do novo Congresso

Pf
JOAQUIM FALCÃO

1 GLOBO

29 JAN 1995

O GLOBO

Para entender as repercussões da anistia ao senador Lucena, é preciso fazer duas distinções. Distinguir o Congresso, que concedeu a anistia e agora encerra seu mandato, do futuro Congresso, eleito em outubro e que assume esta semana. E, distinguir ambos, do Poder Legislativo, instituição permanente, acima de um e de outro. Pode-se criticar o atual Congresso por ter concedido a anistia. Critica-se porque se quer um Legislativo melhor. Criticar é pois defender o Legislativo. Quanto ao futuro Congresso, nada devemos dizer, pois ainda nem chegou. Diante de inevitáveis conflitos, comuns às famílias nordestinas numerosas, minha avó, sábia matriarca, aconselhava aos seus netos: "Inimizades não se herdam!" O próximo Congresso, também. Não precisa herdar as inimizades, e a desconfiança, que o atual provocou em seus eleitores, ao conceder a anistia.

Mas para que não herde, o futuro Congresso tem que, clara e nitidamente, demonstrar que é diferente. Diferente em quê?, perguntará o eleitor. Diferente no modo de representar os eleitores. Explico melhor. Ao conceder a anistia, o Congresso tratou o senador Lucena diferentemente de que trata os cidadãos comuns. Concedeu um direito, a anistia, que nunca concedeu a eleitor punido. Este o cerne da crise de representatividade. De quando em vez, deputados e senadores, vereadores também, se concedem direitos que não concedem aos eleitores. Como se os representantes valessem mais do que os representados. Não são seus iguais. São seus superiores. Os exemplos são numerosos.

Deputados e senadores têm habita-

ção e transporte subsidiados. Quando o trabalhador falta ao emprego é descontado. Já o deputado que falta à votação e ao plenário, não. E mais. Recebe extras por sobressalentes sessões noturnas. Sua aposentadoria, através de fundos de pensões, só perde em vantagens para os de algumas estatais. Recebe também por convocações extraordinárias. Os três meses de recesso são férias, ou não? Tem 15º salário, o que o trabalhador não tem. E por aí vamos. A questão não é, vejam bem, se estas vantagens são defensáveis ou não. A questão é outra. Defensável ou não, a imensa

maioria dos trabalhadores eleitores não tem estas vantagens. Em nome dos representados, os representantes se concedem o que os representados não têm. E um paradoxo. E a crise da democracia representativa.

Crise, aliás, que não é exclusiva do Brasil. Nos Estados Unidos, um dos objetivos dos republicanos no denominado "Contrato com a América" é justamente este: tornar deputados e senadores iguais aos cidadãos. Aperfeiçoar a representatividade. Acabar com regalias. Não porque não sejam defensáveis, mas porque a maioria dos americanos não pode ter acesso

a elas. Pela primeira vez os congressistas de lá deverão pagar impostos e se submeter à legislação trabalhista como trabalhador comum. O Congresso contratará auditores independentes para examinar seus próprios gastos excessivos, fraudes e abusos. Mais ainda: propôs-se uma legislação que proíbe o político profissional, e limita o número de reeleições. Acabaram também com o voto por procuração, equivalente ao voto das lideranças aqui no Brasil. O objetivo é um só: aperfeiçoar a representatividade. Quanto mais os cidadãos se sintam iguais aos congressistas, e mais eficientemente representados, mais poderoso será o Legislativo.

Eis aí o primeiro desafio do futuro Congresso: realizar esforço genuíno para tornar deputados e senadores iguais aos cidadãos. Este esforço não é da maioria ou da minoria. De PSDB, PSL, PDT, PMDB ou PT. É suprapartidário. É a melhor defesa do Legislativo. O futuro Congresso poderia aprovar logo em fevereiro uma série de medidas sobre o seu próprio funcionamento. Acabar com privilégios excessivos. Cortar o 15º salário. Aumentar a eficiência e transparência. Firmar enfim um claro compromisso com a ética do bem comum e não com a razão cínica, diria Jurandir Ferreira.

Na verdade, o futuro Congresso poderia agir como um governo de oposição recém-eleito. Que não tem compromissos com os erros, inimizades e ineficiências do Governo passado. Ao contrário, é contra. Não os herda. Seu compromisso é com a restauração da credibilidade do Legislativo, aperfeiçoando a representatividade democrática. E, a partir daí, a legislatura começaria.

Joaquim Falcão é secretário-geral da Fundação Roberto Marinho e professor de direito constitucional da UFRJ.